

NOTA PRÉVIA À 9ª EDIÇÃO

Esgotada a edição anterior, apresenta-se uma edição revista e atualizada, que contempla as últimas alterações aos diplomas que integram a presente coletânea.

Começamos por referir a alteração ao Código do Notariado levada a cabo pela Lei nº 8/2022, de 10 de janeiro, diploma que alterou o regime da propriedade horizontal.

Pela Lei nº 79/2021, de 24 de novembro, que transpôs a Diretiva (UE) 2019/713 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário, foi alterado o estatuto da ordem dos notários (Lei nº 155/2015, de 15 de setembro).

Por fim, o Decreto-Lei nº 109-D/2021, de 9 de dezembro, criou um regime de registo online de representações permanentes de sociedades com sede no estrangeiro e alterou vários diplomas, de entre os quais o Decreto-Lei nº 322-A/2001, de 14 de dezembro, que aprovou o regulamento emolumentar dos registos e notariado.

Coimbra, fevereiro de 2022

SOFIA BARRACA

ÍNDICE-SUMÁRIO

CÓDIGO DO NOTARIADO

DECRETO-LEI Nº 207/95, DE 14 DE AGOSTO

	7
TÍTULO I Da organização dos serviços notariais	15
CAPÍTULO I Disposições gerais	15
CAPÍTULO II Competência funcional	16
SECÇÃO I Atribuições dos notários	16
SECÇÃO II Impedimentos	17
CAPÍTULO III Livros, índices e arquivos	18
SECÇÃO I Livros	18
SECÇÃO II Índices	22
SECÇÃO III Arquivos	23
SECÇÃO IV Disposições comuns	25
TÍTULO II Dos actos notariais	26
CAPÍTULO I Disposições gerais	26
SECÇÃO I Documentos e execução dos actos notariais	26
SECÇÃO II Requisitos dos instrumentos notariais	30
SUBSECÇÃO I Requisitos gerais	31
SUBSECÇÃO II Requisitos especiais	34
SUBSECÇÃO III Intervenientes acidentais	38
SECÇÃO III Nulidades e revalidação dos actos notariais	40
SUBSECÇÃO I Nulidades	40
SUBSECÇÃO II Revalidação	41
CAPÍTULO II Actos notariais em especial	43
SECÇÃO I Escrituras públicas em geral	43
SECÇÃO II Escrituras especiais	44
SUBSECÇÃO I Habilitação notarial	44
SUBSECÇÃO II Justificações Notariais	46
SUBSECÇÃO III Escrituras diversas	50
SECÇÃO III Instrumentos públicos avulsos	50
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	50
SUBSECÇÃO II Aprovação de testamentos cerrados	51

SUBSECÇÃO III Depósito de testamentos e sua restituição	52
SUBSECÇÃO IV Abertura de testamentos cerrados e de testamentos internacionais	53
SUBSECÇÃO V Procurações, substabelecimentos e consentimento conjugal	54
SUBSECÇÃO VI Protestos	55
SECÇÃO IV Averbamentos	59
SECÇÃO V Registos	62
SECÇÃO VI Abertura de sinal	64
SECÇÃO VII Autenticação de documentos particulares	64
SECÇÃO VIII Reconhecimentos	65
SECÇÃO IX Certificados, certidões e documentos análogos	66
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	66
SUBSECÇÃO II Certificados	67
SUBSECÇÃO III Certidões e públicas-formas	69
SUBSECÇÃO IV Traduções	72
TÍTULO III Das recusas e recursos	73
CAPÍTULO I Recusas	73
CAPÍTULO II Recursos	73
TÍTULO IV Disposições diversas	75
CAPÍTULO I Responsabilidade dos funcionários notariais	75
CAPÍTULO II Estatística e participação de actos	75
CAPÍTULO III Encargos dos actos notariais	77
CAPÍTULO IV Disposições finais	81

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

ESTATUTO DO NOTARIADO

DECRETO-LEI Nº 26/2004, DE 4 DE FEVEREIRO	87
CAPÍTULO I Disposições gerais	91
SECÇÃO I Notário e função notarial	91
SECÇÃO II Princípios da atividade notarial	95
SECÇÃO III Retribuição do notário	97
SECÇÃO IV Horário dos cartórios notariais	98
CAPÍTULO II Direitos e deveres do notário	98
CAPÍTULO III Acesso à função notarial e atribuição do título de notário	100
SECÇÃO I Requisitos gerais de acesso	100
SECÇÃO II Estágio	100
SECÇÃO III Concurso	104
SECÇÃO IV Atribuição do título de notário	105
CAPÍTULO IV Concurso para atribuição de licença	105

CAPÍTULO V Instalação do cartório notarial e posse dos notários	106
CAPÍTULO VI Reconhecimento de qualificações profissionais	107
CAPÍTULO VII Cessação da atividade notarial e seus efeitos	108
SECÇÃO I Cessação de atividade e readmissão	108
SECÇÃO II Efeitos da cessação de atividade	109
CAPÍTULO VIII Conselho do Notariado	111
CAPÍTULO IX Fiscalização	112
CAPÍTULO X Disciplina	113
SECÇÃO I Disposições gerais	113
SECÇÃO II Do exercício da ação disciplinar	116
SECÇÃO III Das sanções disciplinares	118
SECÇÃO IV Do processo	124
SECÇÃO V Das garantias	128
CAPÍTULO XI Regime transitório	130
SECÇÃO I Período de transição	130
SECÇÃO II Dos notários	131
SECÇÃO III Dos oficiais do notariado	132
SECÇÃO IV Quadros de pessoal paralelos	132
SECÇÃO V Proteção social	134
SECÇÃO VI Licença e processo de transformação dos cartórios	135
SECÇÃO VII Posse	137
SECÇÃO VIII Disposições finais	137
ESTATUTO DA ORDEM DOS NOTÁRIOS	
LEI Nº 155/2015, DE 15 DE SETEMBRO	141
TÍTULO I Da Ordem	145
CAPÍTULO I Disposições gerais	145
CAPÍTULO II Órgãos	148
SECÇÃO I Disposição geral	148
SECÇÃO II Eleições, mandatos e exercício dos cargos	149
SECÇÃO III Da assembleia geral	154
SECÇÃO IV Do bastonário	156
SECÇÃO V Da direção	156
SECÇÃO VI Do conselho supervisor	159
SECÇÃO VII Do conselho fiscalizador	160
SECÇÃO VIII Dos órgãos regionais	161
SUBSECÇÃO I Das assembleias regionais	161
SUBSECÇÃO II Das direções regionais	162
CAPÍTULO III Regime financeiro e fiscal	164
CAPÍTULO IV Fundo de compensação	165
CAPÍTULO V Caixa notarial de apoio ao inventário	168
TÍTULO II Dos notários	172
CAPÍTULO I Inscrição na Ordem	172

CAPÍTULO II Incompatibilidades e Impedimentos	174
CAPÍTULO III Deontologia profissional	176
CAPÍTULO IV Regime disciplinar	180
CAPÍTULO V Sociedades de notários	181
TÍTULO III Disposições complementares e finais	183
AUTORIZAÇÃO PELO NOTÁRIO PARA A PRÁTICA DE DETERMINADOS ATOS PELOS SEUS TRABALHADORES PORTARIA Nº 55/2011, DE 28 DE JANEIRO	185
REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE NOTÁRIO PORTARIA Nº 398/2004, DE 21 DE ABRIL	189
REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE NOTÁRIO	191
PROGRAMA DE PROVAS DO CONCURSO	193
BIBLIOGRAFIA ACONSELHADA	195
REGULAMENTO EMOLUMENTAR DOS REGISTOS E NOTARIADO DECRETO-LEI Nº 322-A/2001, DE 14 DE DEZEMBRO	197
CAPÍTULO I Princípios e normas gerais de interpretação	205
CAPÍTULO II	206
SECÇÃO I Normas gerais de aplicação	206
SECÇÃO II Actos de registo civil e da nacionalidade	207
SECÇÃO III Actos notariais	209
SECÇÃO IV Actos de registo predial	210
SECÇÃO V Actos de registo comercial	211
SECÇÃO VI Actos de registo de navios	212
SECÇÃO VII Actos de Registo Nacional de Pessoas Colectivas	213
SECÇÃO VIII Actos de Registo de Automóveis	213
SECÇÃO IX Actos de identificação civil	214
CAPÍTULO III Tabelamento dos actos	214
SECÇÃO I Registo civil e nacionalidade	214
SECÇÃO II Notariado	220
SECÇÃO III Registo predial	222
SECÇÃO IV Registo comercial	226
SECÇÃO V Registo Nacional de Pessoas Colectivas	229
SECÇÃO VI Registo de navios	231
SECÇÃO VII Registo de automóveis	232
SECÇÃO VIII Identificação civil	235
SECÇÃO IX Emolumentos diversos	235
SECÇÃO X Isenções ou reduções emolumentares	240

REGIME REMUNERATÓRIO DAS CARREIRAS ESPECIAIS DE CONSERVADOR DE REGISTOS E DE OFICIAL DE REGISTOS DECRETO-LEI Nº 145/2019, DE 23 DE SETEMBRO	245
CAPÍTULO I Disposição preliminar	246
CAPÍTULO II Da remuneração das carreiras especiais de conservador de registos e de oficial de registos	247
SECÇÃO I Disposição geral	247
SECÇÃO II Da remuneração base	247
SECÇÃO III Dos suplementos remuneratórios	247
SECÇÃO IV Prémios de desempenho e de produtividade	249
CAPÍTULO III Posicionamento remuneratório	249
CAPÍTULO IV Disposições transitórias e finais	251
 RESSALVA DA PARTICIPAÇÃO EMOLUMENTAR E DOS EMOLUMENTOS PESSOAIS DAS ISENÇÕES E REDUÇÕES EMOLUMENTARES DOS ATOS NOTARIAIS E DE REGISTO DECRETO-LEI Nº 126/99, DE 21 DE ABRIL	 255
 TABELA DE HONORÁRIOS E ENCARGOS NOTARIAIS PORTARIA Nº 385/2004, DE 16 DE ABRIL	 257
CAPÍTULO I Regras de interpretação	261
CAPÍTULO II Regras de aplicação	262
CAPÍTULO III Tabela de honorários	263
CAPÍTULO IV Disposições finais	265
 TRANSMISSÃO E RECEÇÃO POR TELECÓPIA E POR VIA ELETRÓNICA DE DOCUMENTOS COM VALOR DE CERTIDÃO DECRETO-LEI Nº 66/2005, DE 15 DE MARÇO	 267
 REGIME JURÍDICO DO REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO LEI Nº 89/2017, DE 21 DE AGOSTO	 275
CAPÍTULO I Disposições gerais	283
CAPÍTULO II Declaração do beneficiário efetivo	285
CAPÍTULO III Procedimento	291
CAPÍTULO IV Acesso	292
CAPÍTULO V Retificação do Registo Central do Beneficiário Efetivo	295
CAPÍTULO VI Proteção de dados, conservação de registos e dados estatísticos	295
CAPÍTULO VII Fiscalização e sanções	298
CAPÍTULO VIII Disposição final	299

REGIME DO INVENTÁRIO NOTARIAL	
LEI Nº 117/2019, DE 13 DE SETEMBRO	301
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	301
REGULAMENTAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE INVENTÁRIO	
PORTARIA Nº 278/2013, DE 26 DE AGOSTO	309
PORTARIA Nº 46/2015, DE 23 DE FEVEREIRO	311
CAPÍTULO I Disposições gerais	319
CAPÍTULO II Apresentação de peças processuais e documentos	321
CAPÍTULO III Citações, notificações, tramitação eletrónica e consulta do processo	323
CAPÍTULO IV Custas do processo de inventário	326
SECÇÃO I Custas e dispensa	326
SECÇÃO II Honorários	327
SECÇÃO III Despesas	331
SECÇÃO IV Nota final e custas de parte	332
CAPÍTULO V Encerramento do processo	335
CAPÍTULO VI Apoio judiciário	336
SECÇÃO I Pedidos	336
SECÇÃO II Honorários notariais	336
SECÇÃO III Despesas	337
SECÇÃO IV Aquisição de meios económicos suficientes em virtude da decisão de partilha	340
CAPÍTULO VII Disposições finais	341
ANEXO I Honorários devidos pelo processo de inventário	343
ANEXO II Honorários devidos pelos incidentes	343
ANEXO III Requerimento de Inventário	344

SUMÁRIO

CÓDIGO DO NOTARIADO Decreto-Lei nº 207/95, de 14 de agosto	7
ESTATUTO DO NOTARIADO Decreto-Lei nº 26/2004, de 4 de fevereiro	87
ESTATUTO DA ORDEM DOS NOTÁRIOS Lei nº 155/2015, de 15 de setembro	141
AUTORIZAÇÃO PELO NOTÁRIO PARA A PRÁTICA DE DETERMINADOS ATOS PELOS SEUS TRABALHADORES Portaria nº 55/2011, de 28 de janeiro	185
REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE NOTÁRIO Portaria nº 398/2004, de 21 de abril	189
REGULAMENTO EMOLUMENTAR DOS REGISTOS E NOTARIADO Decreto-Lei nº 322-A/2001, de 14 de dezembro	197
REGIME REMUNERATÓRIO DAS CARREIRAS ESPECIAIS DE CONSERVADOR DE REGISTOS E DE OFICIAL DE REGISTOS Decreto-Lei nº 145/2019, de 23 de setembro	245
RESSALVA DA PARTICIPAÇÃO EMOLUMENTAR E DOS EMOLUMENTOS PESSOAIS DAS ISENÇÕES E REDUÇÕES EMOLUMENTARES DOS ATOS NOTARIAIS E DE REGISTO Decreto-Lei nº 126/99, de 21 de abril	255
TABELA DE HONORÁRIOS E ENCARGOS NOTARIAIS Portaria nº 385/2004, de 16 de abril	257

SUMÁRIO

TRANSMISSÃO E RECEÇÃO POR TELECÓPIA E POR VIA ELETRÓNICA DE DOCUMENTOS COM VALOR DE CERTIDÃO Decreto-Lei nº 66/2005, de 15 de março	267
REGIME JURÍDICO DO REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO Lei nº 89/2017, de 21 de agosto	275
REGIME DO INVENTÁRIO NOTARIAL Lei nº 117/2019, de 13 de setembro	301
REGULAMENTAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE INVENTÁRIO Portaria nº 278/2013, de 26 de agosto	309
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DO NOTARIADO	349
ÍNDICE-SUMÁRIO	355
SUMÁRIO	361